

ANEXO III - TERMO DE DECLARAÇÃO

Eu, _____,
inscrito (a) no RG sob o nº _____, expedido pelo (a)
_____, e no CPF de nº _____, residente e
domiciliado (a) na _____,
na cidade de _____, do Estado de _____,
CEP: _____, **DECLARO** para os devidos fins, através do presente
termo, que estou ciente que a bolsa integral de estudos a mim concedida pela
FACULDADE LIONS, de 100% (cem por cento) de desoneração do valor
cobrado no Contrato de Prestação de Serviços Educacionais firmado com
instituição de ensino, referente ao Curso de _____, **perdurará**
somente durante o 2º Semestre do ano de 2017, sendo necessária a adição
de um novo TERMO DE CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS para
usufruir do benefício em comento, para os semestres subsequentes.

Ademais, **DECLARO** estar ciente que para fins de cursar disciplinas
adicionais que não fazem parte da Matriz Curricular obrigatória do período
em que me encontro matriculado (a), deverei pagá-las, de acordo com a
tabela de valores estabelecidos pela **FACULDADE LIONS – FACLIONS**.

Por fim, **DECLARO** estar ciente de que a falsidade das declarações por
mim afirmadas através do presente instrumento poderá ensejar sanções civis, e
principalmente criminais (Art. 299¹, do Código Penal), e responsabilização legal
prevista pela Lei 12.101/2009, através de seu artigo 15², §1⁰³, alterada pela Lei
12.868/2013, Decreto 8.242/2014, além de acarretar o imediato cancelamento
dos descontos ofertados pela Bolsa Integral ou Parcial de Estudos a mim
concedida pela **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE GOIÁS**, mantenedora da
FACULDADE LIONS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob

¹ Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

² Art. 15. Para fins da certificação a que se refere esta Lei, o aluno a ser beneficiado será pré-selecionado pelo perfil socioeconômico e, cumulativamente, por outros critérios definidos pelo Ministério da Educação.

³ § 1º Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta Lei ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por eles prestadas..

nº 01.405.794/0001-36, com sede na Rua 02, nº 230, 5º andar, salas 501/502, Edifício Carlos Chagas, Centro, CEP: 74.013-020, na cidade de Goiânia/GO.

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia/GO, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, nos termos do artigo 63⁴, da Lei 13.105/15.

Para fins de dar exequibilidade ao presente instrumento, nos liames do artigo 784⁵, III⁶, da Lei 13.105/15, o presente termo segue por mim assinado, acompanhado com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

Goiânia, 2018.

(Assinatura do Aluno)

(Assinatura com Reconhecimento em Cartório)

TESTEMUNHAS:

1 - _____

CPF:

2 - _____

CPF:

4 Art. 63. As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações..

5 Art. 784. São títulos executivos extrajudiciais:

6 III - o documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas;.